

Ecoporanga: uma cidade tenta esquecer o seu passado

Entre 1959 e 1964, em Ecoporanga, Município do Norte do Estado, os conflitos pela posse da terra fez correr um verdadeiro rio de sangue. Na época, a cidade era infestada de pistoleiros profissionais, contratados pelos grandes proprietários para expulsar os posseiros de suas terras. Depois de dezenas de mortes por assassinato, a cidade ganhou fama como a mais violenta do Estado. Essa fama foi praticamente confirmada pela atuação do juiz de Direito dr. Benício Costa Barbalho, que chegou a Ecoporanga em meados deste ano.

Num levantamento que mandou proceder, ele reabriu 458 processos engavetados. Desse total, 158 eram de crime de morte, para os quais expediu os necessários mandados de prisão.

Para acompanhar essa ressurreição da onda de crime vivida há anos por Ecoporanga, A TRIBUNA enviou uma equipe de reportagem até aquela cidade do Norte do Estado.

No ônibus que sai de Vitória até Ecoporanga, a certeza de que estamos indo para uma cidade diferente. Imitando um ônibus urbano (tem até cobrador), íamos parando para deixar ou pegar passageiros durante toda a cansativa viagem de mais de 8 horas. Percebia-se nos passageiros a simplicidade de gente do campo, quase todos de cabelos negros e escorridos. Em quase todas as bocas, muitos dentes de ouro.

A preocupação da reportagem era captar alguma conversa entre os passageiros que pudesse servir de informação preliminar sobre o ambiente da cidade. Entretanto, os homens falavam do clima, da seca que há vários dias se abatia sobre a região.

Somente depois de Barra de São Francisco, quando várias mulheres embarcaram é que o assunto mudou:

— Você estava em Ecoporanga ontem?

— Não.

tar o juiz que decretou as prisões preventivas, o delegado de Polícia a quem caberia executar as prisões, saber quais os criminosos procurados, quantos haviam sido presos, examinar alguns processos, falar com familiares de algumas das vítimas.

O primeiro contato foi com o responsável pelo Cartório Criminal do Fórum local. Ele, identificado, como Salvador, no balcão atendia um rapaz moreno e forte, dois dentes de ouro na boca, que no livro de registro de processos queria saber como estavam suas "brincas". Em dois estava absolvido. Em um outro, de 1978, aguardava julgamento: "Deram uns tiros nas pernas de um ladrão de carneiro e me botaram no meio. Com ladrão de carneiro tem é que fazer isso mesmo". Depois de atender o rapaz o encarregado, sem saber que falava com a reportagem de A TRIBUNA, perguntou o que queríamos. Respondemos que desejávamos fazer um levantamento sobre o índice de criminalidade na cidade. Enquanto ia ter com o juiz que estava na sala de audiências, pediu que esperássemos. Nesse meio tempo, um rapazinho escrevente, mostrando a última folha do livro de registro, perguntou: "Vocês querem saber que tipo de crime dá mais aqui. É estupro. Numa rápida observação

Então, você não

Reportagem de Graciano Dantas.
Fotos de Enéas Mateus

(homicídio) do Código Penal. As datas das ocorrências dos crimes também coincidiam com os casos da guerra dos posseiros: de 59 a 64. Em muitos dos mandados, os acusados estavam identificados apenas pelo primeiro nome, acrescido de "vulgo" (seguia-se o apelido).

Ao sermos recebidos pelo juiz, constatamos que o Dr. Benício Costa Barbalho, o juiz que havia decretado a prisão dos 158 assassinos, já não estava em Ecoporanga. Ele foi substituído pelo Dr. Arnaldo Santos Souza, recém-empossado no cargo.

Enquanto explicávamos ao Sr. Santos Souza os motivos pelos quais necessitávamos fazer o levantamento das pessoas condenadas por assassinato, fomos interrompidos por Salvador: "Com licença, Excelência... Isto já deu muita confusão. Já estive um repórter deste jornal aqui e escreveu muita coisa que não é verdade. Disseram que a cidade era cheia de pistoleiros, que havia violência. Foi feita até uma sessão na Câmara para protestar pelas inverdades que foram ditas contra a cidade".

O Juiz de Direito, então, depois de fazer uma preleção sobre as funções da imprensa, disse que não foram "desengavetados" processos, que não houve novas decretações de prisões. Segundo ele, o que o juiz anterior havia feito foi uma renovação dos mandados, que isso é uma rotina forense e, portanto, não é motivo para "manchetes", para "sensacionalismo".

do a convocação do Secretário de Segurança. Fomos atendidos então pelo sub-delegado, sargento Milton Lourenço Gomes.

Segundo o sargento Milton, que está na cidade desde 1977, a fama de violenta que tem Ecoporanga é devida aos conflitos pela posse de terras, ocorridos há muitos anos. Ele próprio confessa que também acreditava em todas as histórias sobre pistoleiros soltos pelas ruas, dominando a cidade. Mas que tal imagem mudou logo que começou a viver a realidade, que é bem diferente daquilo que imaginava. Ele afirma que os crimes, que raramente acontecem, são comuns como em qualquer outra cidade. São problemas envolvendo famílias, problemas de infidelidade conjugal. Mesmo assim, ele garante, em índices bem menores dos que os registrados em outras cidades do Estado.

Para garantir a lei em Ecoporanga, o quarto município em extensão territorial do Estado, a Polícia local tem um efetivo de 20 homens. E segundo o sargento Milton, esses homens têm cumprido com eficiência suas funções pelos 12 povoados do Município.

Para provar que a cidade é realmente pacata, o sub-delegado informa que na cadeia pública local existem apenas 15 pessoas cumprindo pena de prisão.

"Nós estamos com apenas 15 presos, a maioria com penas leves, que lhes permite conseguir a liberdade condicional em dois anos.



Aqui já morreu muita gente, as ruas eram dominadas por pistoleiros profissionais. Hoje Ecoporanga é uma cidade pacata

Nos anos 50 era o "celeiro do Estado"

No início da década de 50, em plena época do conflito entre Minas e Espírito Santo que quase provocou a chamada "Guerra do Contestado", a região de Ecoporanga, no Norte do Estado, era a mais progressiva, baseando sua economia na policultura e, principalmente, na produção do café.

Região recém-desbravada, de solo fértil, rapidamente Ecoporanga viria a se transformar naquilo que seus atuais habitantes hoje lamentam: "Já foi o celeiro do Estado".

Enquanto a nível de Governo estadual não era encontrado o denominador comum para resolver o problema de limites territoriais entre os dois Estados, a população de Ecoporanga, constituída na grande maioria de pequenos posseiros, começa a enfrentar os primeiros pistoleiros. Nessa época, aparece na região um grande fazendeiro, que até hoje é conhecido pelo nome de Lamartine, dizendo-se legítimo proprietário das terras e, inclusive, exibindo documentos legais. Segundo os comentários, essa documentação que dava a Lamartine direito às terras no Espírito Santo, era fornecida pelo Governo de Minas.

Amparado legalmente pelo Governo mineiro, o fazendeiro começa a expulsar os posseiros de suas terras. E como região conturbada que fazia divisa com Minas e estando próxima também da Bahia, a maneira mais fácil de convencer os pequenos proprietários a deixarem Ecoporanga foi o emprego de pistoleiros profissionais. Depois de anos de assassinatos e de muita resistência dos posseiros, Lamartine vendeu sua área de terra a um fazendeiro de Governador Valadares, o dr. Leão.

Depois de enfrentar, primeiro a polícia mineira, depois os pistoleiros profissionais, com a transferência das terras para outro proprietário, os agricultores de Ecoporanga tiveram que enfrentar a própria polícia do Espírito Santo.

A dizimação dos posseiros de Ecoporanga teve início já na década de 60, com a Polícia tomando o nome de "polícia de Ecoporanga".

Os que desistiram hoje vivem em Rondônia

Toda a população de Ecoporanga dá a impressão de sentir um certo constrangimento por viver numa cidade com a fama de violenta, onde andariam pistoleiros, onde se mataria por nada. Qualquer alusão ao problema de assassinatos, ou é encarada como ofensa ou é omitida qualquer informação, mesmo as relacionadas com o passado que gerou tal fama.

Normalmente, o que causa onda de violência são problemas de posse de terra, como no momento acontece em várias regiões da Amazônia. Para saber se existiam esses problemas em Ecoporanga, procuramos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Aparentando pouco mais de 30 anos de idade, Juvenil, presidente do sindicato, diz que hoje não existe nem vestígio da onda de violência que a cidade atravessou há anos passados. Segundo ele, o Município sofre um processo constante de esvaziamento, com a população rural abandonando os campos e migrando para os centros urbanos, ou então indo para Rondônia. Sobre a chamada guerra de Cotoxê, Juvenil tem vagas lembranças:

"Eu devia ter uns 15 para 16 anos. O jovem da roça não tem condições de avaliar essas coisas. Eu sei que morreu muito lavrador, queimaram muitas roças e casas. Mas morreu muito soldado também. De nosso sítio a gente via passar os que desistiam. Eles pegavam uma trouxa e iam embora".

Para Juvenil, que hoje lidera os trabalhadores rurais de Ecoporanga, a situação de injustiça hoje perdura entre os pequenos agricultores, mas a violência, os assassinatos, os jagunços, tudo isso é coisa do passado.

Já o padre José Manoel, que está na cidade há poucos meses, diz que sabe pouco sobre o problema. A única coisa que conseguiu saber diz respeito à intervenção do padre Daniel, que conseguiu penetrar nas trincheiras dos posseiros e impor a paz.

"O pessoal aqui é muito fechado. A gente nota que eles evitam falar sobre isso, não sei porque", diz o padre.

Dedé Figueiredo é um dos mais antigos habitantes da cidade e, segundo informações que recebemos, ele seria uma das poucas pessoas com informações precisas sobre a violência em Ecoporanga.

— Não.

— Então você não sabe que deram 5 tiros num soldado ontem?

— Qual soldado?

— O João Baeta.

— Puxa, logo o João Baeta, o soldado mais velho de Ecoporanga. Mais ele não fez nada? Ele anda sempre com aquele revólver bonito. Quem atirou nele?

Ninguém sabe.

— Quando pegarem quem fez isto não deviam prender. Deviam matar logo. Vê, todo mundo gosta do João Baeta.

A conversa entre as mulheres começa a minuciar o atentado contra o soldado mais velho da cidade. A mulher que presenciara o crime fala de detalhes, como o horário: "eu ia levar a garrafa de café, era quase meia noite quando ouvi os cinco tiros".

Mais para o fundo do ônibus, outras mulheres conversavam próximas ao fotógrafo de A TRIBUNA. Também falavam sobre crime, um outro em que um homem foi morto com um tiro na testa. Estávamos chegando a Ecoporanga.

CLIMA DE HOSTILIDADE

Nossa missão em Ecoporanga era entrevis-

mas rápida observação notamos que o rapaz parecia ter razão, um ou dois homicídios, muitos registros de lesões corporais e muito mais ainda de estupro.

Quando o encarregado voltou, ao querer saber o motivo para tal levantamento que pretendíamos fazer, foi informado que era uma reportagem para A TRIBUNA. A forma de tratamento recebida pela reportagem mudou radicalmente. Esse mesmo tipo de tratamento seria recebido em outros contatos feitos.

O motivo de tanta hostilidade, que praticamente era generalizada em toda a cidade, foi uma reportagem feita anteriormente pelo jornal, na qual o repórter afirma que, ao tentar levantar as histórias de violência, foi ameaçado e teve de deixar Ecoporanga no dia seguinte.

Salvador, visivelmente irritado, disse que só permitiria uma pesquisa se o juiz autorizasse. Pedimos então uma entrevista com o Juiz de Direito. Enquanto aguardávamos, na entrada do Fórum estavam afixadas cópias de vários mandados de prisão, a maioria de pessoas enquadradas no código 121

de "sensacionalismo".

Informou ainda o dr. Arnaldo Santos Souza que não poderia autorizar o levantamento dos casos, muito menos fornecer o nome dos procurados, "porque isso poderia atrapalhar o trabalho da Polícia". Na sua opinião, se publicássemos o nome de qualquer um dos acusados, ele poderia ser alertado e fugir. A única coisa que poderia fazer era dar o número dos mandatos renovados", que não são tantos como estão dizendo".

Esse levantamento foi feito pelo encarregado do Cartório, que forneceu duas relações, uma de 22/8/79, com 43 mandados, e outra de 25/9/79 com 33 mandados. Segundo Salvador, esses 76 nomes de pronunciados ou condenados por crimes cometidos no início dos anos 60, foram enviados para a Polinter.

Na Delegacia de Polícia de Ecoporanga, apesar de um dos soldados ter sido baleado na noite anterior, o clima era de calma, com vários policiais conversando na varanda da ampla casa que serve de sede à repartição. O delegado titular, tenente da reserva José Rodrigues Pinto, estava em Vitória atenden-

dicial em dois anos. Normalmente, as penas aplicadas aos condenados daqui da cidade não ultrapassam os 8 anos, o que possibilita a liberdade depois de cumprir a metade, ou em menos tempo ainda, dependendo do comportamento de cada um. E no geral todos são bem comportados".

Sobre posseiros e pistoleiros o sargento Milton só sabe das coisas que ouviu contar. Não sabe, por exemplo, se o total dos mandados de prisão expedidos pelo juiz, algum já foi cumprido:

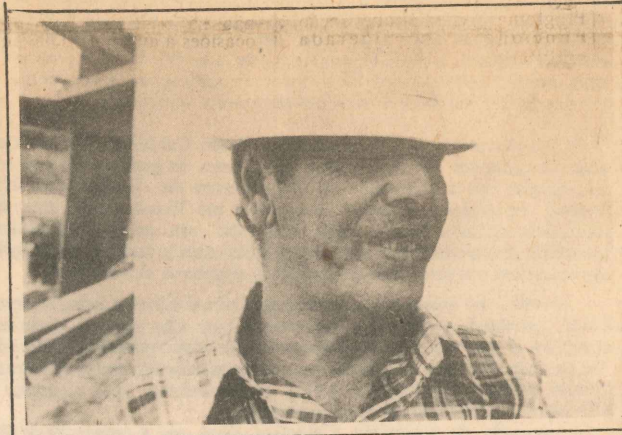
Esses pistoleiros vieram de fora, contratados pelos fazendeiros da época. Eles assassinavam os posseiros e fugiam. Dizem que a maioria está em Rondônia e ninguém mais sabe o paradeiro deles. Alguns, inclusive, foram julgados à revelia".

Ante a insistência do sub-delegado em afirmar que Ecoporanga era uma cidade sem violência, lembramos-lhe o atentado de que na noite anterior fora vítima um de seus soldados. Sobre isso, afirmou o delegado que foi um problema comum de adultério, a reação de um marido traído, que acontece em qualquer lugar.

A dizimação dos posseiros de Ecoporanga teve início já na década de 60, com a Polícia tomando militarmente a região e empregando até metralhadoras para esmagar a resistência feita na base de espingardas de caça, revólveres e facões. Até hoje os habitantes da região têm o assunto como tabu. Os poucos que ousam dizer alguma coisa dão informações contraditórias. Uns dizem que os posseiros chegaram a somar mais de 600 homens entrincheirados e combatendo a Polícia. Outros afirmam que os agricultores defendiam-se isoladamente, por grupos de famílias. De correto e unânime é que "morreram muitos colonos e muitos soldados".

A "guerra" só terminou com a mediação do padre Daniel (hoje atuando em Betim, Minas), que com uma bandeira branca conseguiu penetrar nas linhas dos posseiros para levar a proposta do dr. Leão: Quem não quisesse receber a indenização por suas posses, poderia ficar nas terras, por tempo indefinido.

Já praticamente dizimados, os posseiros aceitaram. A maioria, temendo novamente os assassinatos por parte dos pistoleiros, aceitaram os poucos cruzeiros oferecidos e o transporte para Rondônia. Hoje, passados quinze anos, praticamente não existem remanescentes da guerra de Cotaxé, que foi o distrito onde mais se usou e se abusou da violência contra os agricultores de Ecoporanga.



Dedé Figueiredo: "Não sei de nada. Na época eu estava no Rio"